



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### ENTRE A DITADURA CIVIL-MILITAR E OS SEUS DOCUMENTOS: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Fábio Viana Santos<sup>·</sup>  
(UESB)

Daniela Moura Rocha de Souza<sup>·</sup>  
(UESB)

Lívia Diana Rocha Magalhães<sup>·</sup>  
(UESB)

#### RESUMO

O presente texto visa apresentar o resultado do primeiro levantamento documental desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Educação, Memória e História da Bahia: Processos Autoritários e Ditadura Militar (1964-1965)”, que tem entre outras finalidades a organização e sistematização de fontes e materiais para ser problematizados e ser cuidadosamente analisados visando a discussão sobre esse passado recente, que ainda requer estudos, principalmente sobre sua repercussão, usos e abusos no campo educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política educacional; Arquivos e fontes documentais; Ditadura Civil-Militar.

---

<sup>·</sup> Graduando em Pedagogia pela UESB, Bolsista de Iniciação Científica do CNPq pelo projeto: Educação, Memória e História da Bahia: Processos Autoritários e Ditadura Militar (1964-1965) sob a coordenação da Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães. Membro do grupo de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sócio-geracionais. [fabio.dirpe@yahoo.com.br](mailto:fabio.dirpe@yahoo.com.br)

<sup>·</sup> Doutoranda em Educação pela UNICAMP, Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB, Membro dos grupos de estudo e pesquisa: História e Memória das Políticas Educacionais e trajetórias sócio-geracionais; e História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR. Bolsista da Capes. [danyopera@yahoo.com.br](mailto:danyopera@yahoo.com.br)

<sup>·</sup> Doutora em Educação pela UNICAMP com Pós-Doutorado em Psicologia Social pela UERJ, Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Coordenadora Geral do Museu Pedagógico/Uesb. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade - UESB. [lrochamagalhaes@gmail.com](mailto:lrochamagalhaes@gmail.com) (orientadora).



## **INTRODUÇÃO**

### **APRESENTAÇÃO**

O presente texto visa apresentar o resultado do primeiro levantamento documental desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Educação, Memória e História da Bahia: Processos Autoritários e Ditadura Militar (1964-1965)”. O projeto vem sendo articulado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias sociogeracionais do Museu Pedagógico da UESB.

Trata-se de uma pesquisa de caráter histórico-documental e visa reunir dados que dizem respeito, direta ou indiretamente, ao regime autoritário que durou entre 1964 a 1985 no Brasil, priorizando materiais que expressem os reflexos desse regime sobre a educação na Bahia, visando a análise dos processos que lhe deram origem e sentido. A pesquisa prioriza a busca dos arquivos e fontes documentais escritas, iconográficas, fílmicas digitais entre outras, em arquivos públicos e privados em Salvador, Rio de Janeiro, Campinas, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Itabuna, Ilhéus entre outras cidades, visando a organização, análise e disponibilização de documentos sobre o tema em estudo.

Aqui apresentamos o resultado do levantamento realizado, bem como alguns pontos relevantes que consideramos acerca da educação durante a ditadura civil-militar no Brasil e sua incidência estadual, regional, local.

### **ENTRE A DITADURA E OS SEUS DOCUMENTOS**

Analisando o contexto histórico da ditadura, observamos que uma ampla aliança de grupos conservadores e liberais materializou o Golpe de 1964. Junto aos militares, com a ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Segurança Nacional Brasileira, amplos setores da sociedade civil organizaram o golpe, dentre eles: empresários, imprensa, técnicos, intelectuais, entidades religiosas, educadores da PUC do Rio de



janeiro, da USP, da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), dentre outros.

Chegamos a meados da década de 1960 com uma grande tensão entre estas forças. Os empresários e militares passam a empreender uma forte campanha de desarticulação dos movimentos populares. Paralelo a isso e lhe dando sustentação, passam a fazer uma campanha através da mídia contra uma “provável” ameaça comunista. Como aponta Germano (1990): “Apesar da iniciativa e do caráter burguês, coube às Forças Armadas a intervenção executiva do golpe, mediante o qual assumiram o poder do Estado durante vinte e um anos” (p.02).

Com o golpe, os militares passaram a empreender uma série de medidas para sustentar o regime e legitimá-lo. A educação se torna objeto da dominação burguesa, adequando-se ao modelo econômico implantado.

Reexaminando o conjunto dessas políticas, podemos afirmar que a educação, tal como ocorrera na ditadura Vargas (1937-1945), porém, em maior escala, foi organicamente instrumentalizada como aparelho ideológico de Estado. Sob uma ditadura que perseguiu, prendeu, torturou e matou opositores, a escola foi um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que respaldou o regime militar (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, p. 14-15).

Nesse contexto, a política educacional se torna uma expressão da denominação burguesa, estando a serviço dos interesses econômicos. A política educacional deve ser reformulada para atender os objetivos do capital e da exploração. As políticas implementadas privilegiavam o topo da pirâmide social, ao tempo em que contribuía para a exclusão social. (ZOTTI, 2004; GERMANO, 1990).

A tecnocracia estatal defendia uma teoria de educação cultural e compensatória, que geraram projetos como o MOBREAL, SACI, ALFA, articulados ao SESC, SESI, SENAC, dentre outros, e tentava, por meio da educação, formar mão-de-obra para os serviços profissionais. O Ensino Superior também estava no rol das discussões que inseriam a universidade como berçário da tecnologia voltada para o polo produtivo e também, contraditoriamente, por conta do movimento estudantil em efervescência.



O primeiro passo dado pelos militares foi a assinatura de uma série de pactos com o Governo norte-americano. Esses pactos tinham o objetivo de garantir a cooperação no campo do Ensino entre os dois países. A educação passa a ser pensada numa concepção tecnicista, garantindo a dominação ideológica.

Assim, em 1962, a representante estadunidense que assinou o termo de acordo junto ao MEC foi a *United States Agency for International Developmente* (USAID), criada em 1961 como um dos braços do Banco Mundial. O convênio com a CBAI, também norte-americana, foi extinta em 1963, sendo suas funções transferidas para o Grupo Executivo do Ensino Industrial (GEEI). Nesse contexto, as ações dessas agências estavam mais preocupadas com o avanço das ideologias marxistas e tendo o foco no ensino técnico-industrial, a partir desta década, as principais agências financiadoras de projetos que atenderam a essa modalidade de ensino foram a USAID e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Enquanto a USAID era responsável pela organização do ensino técnico, o BID financiava a compra de materiais e equipamentos para as escolas profissionalizantes, influenciando também a questão da organização do ensino, pois a ideia era não só investir no econômico e sim construir e reconstruir por meio do ensino técnico, o corpo e a mente do trabalhador, perpassando até a intimidade do lar e a subjetividade do trabalhador –ideologia – (BORDIGNON, 2012).

Na realidade, essa interferência norte-americana na educação, desde finais da década de 1940, demonstra que antes mesmo das reformas educacionais do regime civil-militar, a mudança de pensamento correspondente à educação e à cultura já estava plantada em solo fértil. Os famosos Acordos MEC-USAID abrangeram toda a educação nacional, desde o primário até a pós-graduação, com treinamento de professores e produção dos instrumentos de trabalho, como os livros didáticos e, segundo Cunha e Góes (1985), só não provocou uma substituição total brasileira no processo decisório da educação por conta da reação estudantil e amadurecimento de professores, e junto à denúncia de políticos nacionalistas.

Para esta questão, além dos estudos realizados pelos acordos MEC-USAID, dois outros estudos foram fundamentais e influenciaram diretamente a reforma do ensino superior 5.540/68 e as reformas do 1º e 2º grau com a 5.692/71, que foram; o Plano



Atcon e o Relatório Meira Mattos. Constituindo a cúpula empresarial-militar de inspiração ideológica modernizadora autoritária, nesses relatórios, feitos sob encomenda da Diretoria do Ensino Superior (DES) do MEC e também dos estudos realizados pela Comissão Especial criada pela presidência da República, fica nítido “o jogo constante dos aspectos técnicos e ideológicos da educação” (FÁVERO, 1991, p.16), de modo especial, nas universidades, por conta da mobilização estudantil. O próximo passo foi garantir que as medidas pensadas fossem corporificadas no âmbito educacional nas Leis 5.540/68e 5.692/71, conhecidas por Reforma universitária e Reforma do ensino de 1º e 2º Grau, respectivamente.

A Lei 5.540/68, de acordo com Germano (1990) mudou profundamente a estrutura do Ensino, com o objetivo de modernizar a educação superior. Sua contradição incide na despolitização e repressão do espaço acadêmico, inviabilizando a construção de uma Universidade crítica e democrática.

A lei da reforma do ensino superior se baseia no modelo universitário americano. Estrutura o ensino em básico e profissional com dois níveis de pós-graduação – mestrado e doutorado – (Art. 17, b); adota o sistema de créditos, ou seja, de matrícula por matéria e propõe a avaliação em vez de notas por menções. Estas como outras inovações já introduzidas no modelo de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília – dissolução da cátedra (Art. 33 § 1º) e departamentalização (Art. 11), implementação de cursos de pequena duração (Art. 23, §1º), adoção de formas jurídicas múltiplas (Art. 4) – são agora generalizadas para todas as universidades brasileiras. Mantêm-se a unidade de ensino e pesquisa (Art. 2) e a obrigatoriedade de freqüência do ensino para professores e alunos (Art. 29). (FREITAG, 1980, p. 84-5; Cf. RIBEIRO, 2000, p. 193).

No que tange aos aspectos da Lei 5.692/71, unificou o ensino primário com o ginásio, além de garantir a profissionalização no Ensino Médio. Logo, em seu primeiro artigo, ela traz seu caráter tecnicista, institucionalizando a educação em moldes produtivistas:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas



potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971).

De uma forma geral, se pode constatar que a finalidade maior da nova estrutura administrativa educacional, seguindo o modelo empresarial, legitimava um Estado tecnocrático que não tinha mais a finalidade do desenvolvimento do conhecimento humanístico para a produção acadêmica, científica e cultural e sim, visava à burocracia de mercado pautada no rendimento, eficiência, meritocracia e produtividade.

As escolas e universidades passaram a ser alvo do autoritarismo e repressão dos governos militares, num movimento crescente de precarização e despolitização. Mas onde estão os arquivos, fontes e documentos que retratam esse período nefasto? O fato, é que passados 50 anos, ainda nos ocupamos pouco da última ditadura civil-militar, havendo distância entre as informações genéricas e oficiais, e o que ocorreu efetivamente. O estudo sobre o passado e seus usos e abusos, do ponto de vista dos processos autoritários, ainda requer estudos e inclusive, depende da organização e sistematização de fontes e materiais para ser problematizado e ser cuidadosamente analisado pelas ciências humanas e sociais.

Em 1988, a Constituição concede o direito a qualquer cidadão receber informações de seu interesse, com ressalva àquelas cujo sigilo seria imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Por sua vez, a Lei 8.159 de 1991, Decreto 2.134 em janeiro de 1997, que dispõe sobre a política nacional dos arquivos públicos e privados, tomando como base a ressalva da constituição, estabeleceu a criação do Conselho Nacional de Arquivos, encarregado de definir a política nacional da área. Conforme a lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Art. 26 e inciso 1º: Fica criado o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (Sinar).

O Conselho Nacional de Arquivos será presidido pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional e integrado por representantes de instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas (BRASIL, 1991). Em dezembro de 2002, o Decreto (nº 4.553) revogou o de



1997. O novo texto foi produzido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, e os prazos de sigilo foram prolongados, este dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências (BRASIL, 2002).

Em dezembro de 2004, o Decreto 5.301 restaurou os antigos prazos de sigilo dos documentos. E a Lei nº 11.111, de 2005, encarregou à comissão de julgar a necessidade de manter em segredo documentos que possam ameaçar a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do país. A nova lei determina ainda que os documentos públicos que contenham informações relacionadas à intimidade, vida privada, honra e imagens de pessoas, e que sejam ou venham a ser de livre acesso, poderão ser franqueados por meio de certidão ou cópia do documento, que expurgue ou oculte a parte sobre a qual recai o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal (Art. 7º) (JOFFILY, 2012).

Em dezembro de 1995, a Presidência da República cria a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos por meio da Lei 9.140/95. O objetivo da comissão era reconhecer pessoas mortas ou desaparecidas no período da ditadura, localizar os corpos e emitir pareceres. A comissão analisou 480 pedidos de reparação e reconhecimento, dos quais 362 foram deferidos, ou seja, dizem respeito às violações ocorridas durante a ditadura civil-militar. Atualmente, a Comissão tem integrado o Grupo de Trabalho Araguaia que visa à identificação de corpos desaparecidos durante a guerrilha do Araguaia, dentre outras ações.

A Secretária Especial dos Direitos Humanos e do Gabinete da Presidência, desenvolveu o projeto: o Centro de Referências das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, visando, entre outras ações, reunir e disponibilizar ao público, acervo documental sobre a ditadura militar. Depois, foi aprovada a Lei 12.257, regulando o acesso às informações. A nova lei revoga a precedente (nº 11.111) de 2005 e reduz o tempo de sigilo das categorias de documentos que passam a três: reservado; secreto e ultrassecreto.



A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instalada oficialmente no Brasil no dia 16 de maio de 2012, a partir da Lei nº 12.528, sancionada em 18 de novembro de 2011. Essa Comissão conta com, aproximadamente, cinquenta auxiliares, pretendendo investigar as violações ocorridas entre 1946 a 1988, sobretudo o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) brasileira, a fim de apresentar um relatório contendo os seus principais achados. Em um primeiro levantamento, essa equipe constatou que cerca de 50 mil pessoas foram presas em 1964, muitas destas executadas, sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco (CNV, 2013). A equipe ainda se organizou em grupos de trabalhos com as seguintes temáticas: *“Contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964”, “Estrutura da repressão” (e atuação dos membros do Dops, do CIE, dos DOI-CODI, Cenimar, Cise, Oban, PM2 e SNI); “Violações dos Direitos Humanos” (os torturados, mortos e desaparecidos), “Camponeses e indígenas”, “A Guerrilha do Araguaia”, “Operação Condor” (que envolveu regimes ditatoriais dos países do Cone Sul – Argentina, Bolívia, Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai), “Exilados e estrangeiros”, “Ditadura e o sistema de justiça”, “O papel das Igrejas durante a Ditadura”, “Perseguição a militares que eram contrários ao regime instalado” e “Ditadura e Gênero”*<sup>76</sup>.

Mas essa tarefa ainda requer esforços, pois localizar dados, documentos, relatos desse passado, se constitui numa tarefa fundamental para entender, discutir, fazer justiça as suas vítimas e observar se estas bases estão sondando a democracia, a fim de cuidar de uma democracia sem medo de enfrentar o passado e garantir sua plenitude hoje e sempre.

## **OS ARQUIVOS ENCONTRADOS: UM PRIMEIRO RELATÓRIO**

Para a efetivação da pesquisa, foram realizados levantamentos em arquivos públicos e privados, museus localizados na cidade de Vitória da Conquista-BA e materiais digitais, disponíveis na internet. Durante cinco meses, foram consultados

---

<sup>76</sup> Essas informações estão disponíveis em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 10/03/2013. Dados atualizados em: 02/07/2014.





documentos do Arquivo público municipal de Vitória da Conquista (APMVC), do Arquivo privado do Prof. Ruy Medeiros, do Museu Regional de Vitória da Conquista – Casa Henriqueta Prates (UESB) e do Museu Pedagógico – Casa Padre Palmeira (UESB), sendo catalogados 24 livros de atas da Câmara municipal local, 30 caixas de documentos que incluem decretos, projetos de lei e resoluções municipais, além de 46 encadernações de jornais referentes ao período pesquisado, sendo alguns deles: O sertanejo, Jornal de Conquista, O Conquistense, Tribuna do Café, Política, Jornal Dimensão, Fifó, Jornal de Debates, O Jornal entre outros e 16 registros fotográficos.

No Arquivo Público de São Paulo foram localizados documentos no Acervo do DOPS e Operação Bandeirante em Vitória da Conquista - Ba. No Arquivo AEL/ UNICAMP, localizamos materiais audiovisuais no Acervo Brasil Nunca Mais referentes à Bahia e Vitória da Conquista.

O levantamento dos acervos digitais trouxe uma série de possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa. Encontramos quatro grandes arquivos que disponibilizam o acesso às suas fontes dentre as quais identificamos: dossiês, artigos, acervos digitais, hemerotecas, exposições, relatórios, Processos do Superior Tribunal Militar, álbuns, entre outros documentos.

Estes arquivos estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira mantida pela Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>). Entre outras informações, encontramos recortes de publicações periódicas nacionais e publicações seriadas que tratam do período da ditadura, seus antecedentes e sua incidência sobre o passado recente. Destacamos o Dossiê Memória dos Presidentes que se constitui num acervo de documentos sobre os presidentes da república e/ou de sua autoria.

No Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (<http://www.cnfcp.gov.br/>), encontramos uma importante coleção de cordéis que retratam como o período da ditadura militar foi vivenciado na cultura popular, sua mantenedora é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do governo federal.

No Armazém Memória (<http://www.armazemmemoria.com.br/>) organizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais (SP), em parceria com o Arquivo Público de São Paulo, o [Centro de Referência das Lutas](#) Políticas no Brasil, [Centro de Defesa](#) dos Direitos da



Criança e do Adolescente de Interlagos trazem importantes contribuições para a elucidação da ditadura, principalmente no Acervo Brasil Nunca Mais Digital (<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>). Este acervo é fruto do Projeto Brasil Nunca Mais, desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns, que analisou cerca de 900 mil páginas de processos judiciais movidos contra presos políticos. Os documentos foram digitalizados e disponibilizados na internet em 09 de agosto de 2013, dos quais destacamos: O relatório do Projeto BNM que contam 6981 páginas, os processos do Superior Tribunal Militar, num total de 710 autos judiciais, Álbuns do Acervo AEL em Campinas que disponibilizam 166 fotos feitas pela polícia política na repressão e no monitoramento dos movimentos sociais.

No projeto Memória Política e Resistência (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/>), que consiste em um espaço criado para promover o acesso à documentação do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, se disponibilizam as fichas e prontuários, dos que foram alvo de vigilância do DEOPS/SP, DOPS/Santos e DCS. Um dos prontuários encontrados diz respeito ao Sindicato de Professores de Santos que foi acompanhando intensamente pelo DOPS/Santos, consta no prontário informações das diretorias, recortes de jornais, ofícios, memorandos, atas, dentre outros documentos.

De igual modo, localizamos o sítio do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado "Memórias Reveladas" (<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>), projeto implantado no Arquivo Nacional. Esse projeto criou uma rede de colaboração entre diversos acervos e arquivos do país com o objetivo de criar um "polo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980." O centro permite rastrear fontes em 33 arquivos espalhados pelo país, o que otimiza a pesquisa documental, ao passo que permite ao pesquisador, levantar e solicitar as fontes necessárias antes da visita aos arquivos.



Em Vitória da Conquista<sup>77</sup>, foram localizados, no Arquivo Municipal da cidade, livros de atas do período que, em linhas gerais, trazem as discussões e propostas dos vereadores da Câmara Municipal acerca da educação, na década de 1960 e 1970, entre as quais a construção de um Centro Integrado e Colégio polivalente, melhoria no salário dos professores, dentre outras.

Também foram encontrados projetos de lei, leis, resoluções e correspondências acerca dessas mesmas questões, registros iconográficos sobre o encontro de representantes do MOBREAL nesse município, além de jornais que noticiavam, para além desses assuntos, a perseguição aos subversivos, na defesa contra o comunismo.

Em um arquivo particular e no Museu Regional dessa cidade, foram encontradas encadernações de jornais tanto de âmbito local (Vitória da Conquista), quanto de cidades circunvizinhas, e também do eixo Rio-São Paulo, que trazem notícias, em sua maioria, apresentando discussões políticas para todos os setores da sociedade, na área de educação, abarcam todos os níveis de ensino, desde propostas para o ensino infantil até a educação superior, como também reivindicações estudantis e docentes; carência de verbas para a melhoria da educação, campanhas e apresentação de programas, a fim de sanar os déficits do ensino. Como também foram identificados jornais de oposição ao regime, de cunho estudantil, apresentando os focos de resistência existentes no estado da Bahia.

No Museu Pedagógico da Uesb, encontramos registros de problemas políticos nas escolas extintas<sup>78</sup>. Cadernetas e registros das aulas e as mudanças ocorridas nos conteúdos curriculares das escolas que já funcionavam antes da ditadura e suas adequações à nova realidade. Na biblioteca, localizamos livros didáticos editados no período, que contribuem para o entendimento da doutrinação ideológica promovida pelos militares, bem como auxiliam na compreensão do caráter tecnicista das políticas

---

<sup>77</sup> A coleta e catalogação dos acervos dos Arquivos Municipal e Particular e Museus de Vitória da Conquista contou com o trabalho das bolsistas de iniciação científica da Fapesb: Mércia Caroline Sousa de Oliveira e Taís Oliveira Santos e Santos que também integram o projeto diretor do Museu Pedagógico: Educação, Memória e História da Bahia: Processos Autoritários e Ditadura Militar (1964-1965), sob a coordenação da Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães e a Doutoranda Daniela Moura Rocha de Souza.

<sup>78</sup> Por meio de um convênio firmado com a Secretaria de Educação do Estado, DIREC-20, desde 2006 o Museu Pedagógico guarda em seu Centro de Documentação o acervo das escolas extintas de Vitória da Conquista e região.



educacionais implantadas pelo Acordo MEC/USAID, pelo Plano Atcon e o Relatório Meira Mattos, que culminaram na promulgação da Lei 5.692/71.

## CONCLUSÕES

Nesse texto inicial, tivemos a tarefa de anunciar, socializar os levantamentos que realizamos até o momento. A tarefa continua, como também a análise dos materiais selecionados, sendo tal seleção realizada do ponto de vista de sua relação com a Bahia e o cotejamento das fontes em sua triangulação nacional/internacional, regional e local.

A inquietude sobre a ditadura, suas marcas e sua própria heterogeneidade no país, nas regiões, na educação, ainda requer o levantamento criterioso de fontes documentais e dados. Trata-se de buscar ferramentas, de produzir, reunir condições para colocar sob o crivo analítico, os efeitos do poder ditatorial e as formas sob as quais vem se construindo nossa educação, nossa sociedade. Na área de educação, esses levantamentos documentais são imprescindíveis para não deixarmos que as versões amenas ou nostálgicas desse período, continuem afetando, de algum modo, o presente.

Conforme já anunciamos, este texto apresenta o resultado preliminar do levantamento realizado, considerando que estamos na fase de desenvolvimento da pesquisa, mais precisamente, o de catalogação, seleção e análise dos dados encontrados.

## REFERÊNCIAS

- BORDIGNON, Talita Francieli. **As ações do Estado brasileiro para o Desenvolvimento do Ensino Técnico Industrial no Brasil (1946-1971)**. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas: UNICAMP, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Brasília: Presidência da República/Subchefia para assuntos jurídicos. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm)>. Acesso em: abril de 2015.



\_\_\_\_. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1991.

\_\_\_\_. **Decreto nº 4.553**, de 27 de dezembro de 2002. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002.

\_\_\_\_. **Decreto nº 5.301, de 9 de dezembro de 2004**. Regulamenta o disposto na Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição, e dá outras providências. 2004.

\_\_\_\_. **Lei nº 11.111**, de 5 de maio de 2005. Regulamenta a parte final do dispositivo no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. 2005.

CNV – **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>. Acesso em: 10/03/2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade modernizada à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1991. (Coleção educação contemporânea).

FERREIRA Jr, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Edições Pulsar, 2006.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1990.

PROJETO DIRETOR DO MUSEU PEDAGÓGICO. **Educação, Memória e História da Bahia**: Processos Autoritários e Ditadura Militar (1964-1985). Projeto de Pesquisa sob a coordenação geral da Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães. Vitória da Conquista: UESB/Museu Pedagógico, 2014 (atual).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 16. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2000.

### Fontes levantadas:

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Projetos de Leis, Leis, Resoluções e Decretos. Vitória da Conquista: APMVC, 1964-1985. (30 caixas).

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Livros de Ata. Vitória da Conquista: APMVC, 1964-1985. (24 livros).

APMVC - CÂMARA MUNICIPAL. Registros Fotográficos do primeiro encontro do MOBREAL. Vitória da Conquista: APMVC, 1972. (16 registros).

### Jornais (51 encadernações):

#### No Arquivo Público Municipal:

O Jornal O Sertanejo, 1964 (1 encadernação)



O Jornal O Sertanejo, 1965 (1 encadernação)  
O Jornal O Sertanejo, 1968 (1 encadernação)  
O Jornal O Sertanejo, 1969 (1 encadernação)  
O Jornal O Sertanejo, 1970 (1 encadernação)  
O Jornal O Sertanejo, 1971 (1 encadernação)

No Arquivo privado do prof. Dr. Ruy Hermann Medeiros

Fifó – 1977 (2 encadernações)  
O Jornal de Conquista – 1969-1971 (1 encadernação)  
O Jornal de Conquista – 1970-1971 (1 encadernação)  
O Jornal de Conquista – 1972-1974 (1 encadernação)  
O Jornal de Conquista – 1974-1975 (1 encadernação)  
O Jornal de Conquista – 1975-1977 (1 encadernação)  
O Jornal de Conquista – 1977-1979 (1 encadernação)  
O Jornal de Conquista – 1981-1990 (1 encadernação)  
Jornal de Debates (Rio/São Paulo) 1973 (1 encadernação)  
O Jornal – 1965-1969 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – março de 1977 à agosto de 1977 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – maio de 1977 à dezembro de 1977 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – dezembro de 1977 à dezembro de 1978 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – 1978 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – agosto de 1978 à outubro de 1978 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – janeiro à dezembro de 1979 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – janeiro à julho de 1979 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – julho à novembro de 1979 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – janeiro a dezembro de 1980 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – julho à dezembro de 1980 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – outubro de 1980 à dezembro de 1980 (1 encadernação)  
Jornal Tribuna do Café – janeiro de 1981 à outubro de 1982 (1 encadernação)  
Jornal Política (Rio de Janeiro) – 22/10/1971 à 02/01/1972 (1 encadernação)  
Jornal Política (Rio de Janeiro) – 03/01/1972 à 14/05/1972 (1 encadernação)  
Jornal Política (Rio de Janeiro) – 15/05/1972 à 08/10/1972 (1 encadernação)  
Jornal Política (Rio de Janeiro) – 1973 (1 encadernação)  
Jornal Dimensão (Itapetinga) – 1980-1999 (1 encadernação)

No Museu Regional – Casa Henriqueta Prates:

Fifó – novembro de 1977 a janeiro de 1978 (1 encadernação)  
Jornal Dimensão – novembro de 1979 a janeiro de 1997 (1 encadernação)  
Revista Anistia – 1978; Jornal Feijão – 1981; Jornal Da Constituinte – 1977 (Todos na mesma encadernação)  
Jornal Opinião; Jornal Em Tempo; Jornal Nós Mulheres; Jornal De Fato; Jornal O Trabalho – 1975 a 1980 (Todos na mesma encadernação)



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Jornal O Pasquim – 18 de setembro de 1975 a 12 de fevereiro de 1976 (1 encadernação)  
Jornal O Pasquim – fevereiro de 1976 a maio de 1985 (1 encadernação)  
Jornal O Mutirão – 1977 a 1979 (1 encadernação)  
Jornal O Cálice – 1976 a 1981 (1 encadernação)  
Jornal Nova Ação – 1977; Jornal Perspectiva universitária – 1971; Jornal Pé na Estrada – 1980; Jornal do 22 – 1979; Jornal Voz Estudantil – 1979; Jornal Faca Amolada – 1978; Jornal Assuntos – 1977; Jornal Opinião – 1976; Jornal Viração – 1976-1977; Jornal do CPEA – 1979 (Todos na mesma encadernação)  
Jornal O Inimigo do Rei – 1978-1980 (1 encadernação)

### Sites consultados:

ACERVO BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

ARMAZÉM MEMÓRIA. Disponível em: <<http://www.armazemmemoria.com.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

CENTRO NACIONAL DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR. Disponível em: <<http://www.cnfcp.gov.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA MANTIDA PELA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

MEMÓRIA POLÍTICA E RESISTÊNCIA Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

MEMÓRIAS REVELADAS. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: fevereiro de 2015.